

Apolima-Arara: um povo, uma cultura, uma história

Luciana Ferreira da Silva¹, Maria Sueli de Aguiar²

Universidade Federal de Goiás

Faculdade de Letras

luciana__ferreira@hotmail.com

aguiarmarias@gmail.com

PALAVRAS-CHAVES: Linguística, Índios, Línguas Páno, Apolima-Arara

1. INTRODUÇÃO

O trabalho faz parte de um projeto maior “Estudos das línguas Páno” (1994) que, por sua vez, vem de outro que se realizou de 1984 a 1994, tendo como base o estudo da língua Katukina-Páno.

O citado projeto vem se desenvolvendo com alunos de graduação e de pós-graduação. Atualmente está se trabalhando com as línguas Páno Apolima-Arara, Náwa, Nukini e Katukina, dentre as quais me dispus a estudar a língua Apolima-Arara, orientada pela professora Maria Sueli de Aguiar.

Este projeto propõe uma pesquisa e um estudo sobre a história e a língua do grupo indígena Páno acima citado, Apolima-Arara. Grupo esse localizado no Estado do Acre, mais precisamente no município de Marechal Thaumaturgo.

O que veremos no presente trabalho é uma preliminar do estudo que foi feito até o momento. Com a pesquisa que prosseguirá no corrente ano, esperamos contribuir o máximo possível para um maior conhecimento dos grupos e das línguas Páno, em específico, a Apolima-Arara.

2. OBJETIVOS

1. Reunir análise das línguas Páno, principalmente das do Brasil, uma vez que elas são não muito conhecidas, a fim de obter um quadro fonológico, sintático e lexicográfico da

¹ Orientando.

² Orientadora.

Família Páno, comparando-o com quadros já estipulados por outros estudiosos dessas línguas, em etapas sucessivas de trabalho, com metodologia.

2. Ampliar os conhecimentos gerais em linguística.
3. Contribuir com o estudo das línguas Páno.
4. Auxiliar na promoção das línguas de tradição oral para também escrita.
5. Saber sobre a realidade do campo de estudos das línguas indígenas no Brasil.

3. METODOLOGIA

Apesar de várias etapas a serem percorridas como partes integrantes da metodologia, para a construção desse trabalho ainda nos concentramos na etapa de coleta de dados. Para tanto, realizamos uma minuciosa pesquisa na internet e em livros sobre os índios do Brasil e principalmente, do Acre, em específico, das línguas Páno. Tanto os trabalhos como os vídeos encontrados sobre a Família Páno foram resenhados.

4. RESULTADOS

Os resultados esperados foram, parcialmente, alcançados. Acreditamos que poderemos disponibilizar um tempo maior para nossa pesquisa. Entretanto, após realizarmos algumas pesquisas conseguimos reunir materiais que possibilitaram a construção desse artigo e que além de esclarecedoras contribuíram para o surgimento de novas indagações sobre o índio, principalmente sobre a tribo Apolima-Arara e para a ampliação de nossos conhecimentos linguísticos. Pudemos contribuir, ainda, diretamente com a organização da referência bibliográfica das línguas Páno que está sendo realizada pela minha orientadora e mentora do livro “Fontes de Estudos e Pesquisa da Família Páno II”.

5. DISCUSSÃO

5.1. Alguns traços dos povos indígenas brasileiros

Quando falamos em povos indígenas no Brasil, estamos prontos a adentrarmos em um terreno bastante extenso e diversificado. Muitas vezes, cometemos o equívoco de generalizar a sociedade indígena e classificar todos os índios em um único grupo étnico fechado. Entretanto, não é bem assim que as coisas funcionam. Assim como a língua portuguesa é diferente da espanhola, mesmo levando em consideração que ambas tiveram uma mesma

base, o Latim. Mas uma língua pertencente ao tronco Tupi, por exemplo, difere-se de outra do tronco Macro-jê. Se afunilarmos mais um pouco o assunto, encontraremos diferenças dentro de línguas pertencentes a um mesmo tronco linguístico.

Em seu livro *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*, o autor Gersem dos Santos Luciano (2006) traz dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2001 mostrando que a população indígena, que na chegada de Pedro Álvares Cabral era de pelo menos cinco milhões, fora reduzida a pouco mais de 700.000 índios. Órgãos como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) trazem um número ainda mais reduzido, pouco mais de 300.000 índios. Essa diferença nos números dá-se ao fato de que a FUNAI e a FUNASA trabalham com os dados de índios reconhecidos e cadastrados nesses órgãos, enquanto o IBGE tenta abarcar até mesmo aqueles que ainda estão desconhecidos ou vivendo fora das tribos.

Ainda, de acordo com os dados da FUNASA, existem 374.123 índios cadastrados, “distribuídos em 3.225 aldeias, pertencentes a 291 etnias e falantes de 180 línguas divididas por 35 grupos linguísticos” (LUCIANO, 2006, p. 28). Com esses dados comprovamos o que diz Aryon Dall’ Igua Rodrigues. Segundo o autor:

O índio no Brasil não são um povo: são muitos povos diferentes de nós e diferentes entre si. Cada qual tem usos e costumes próprios, com habilidades tecnológicas, atitudes estéticas, crenças religiosas, organização social e filosofia peculiares, resultantes de experiências de vida acumuladas e desenvolvidas em milhares de anos. E distinguem-se também de nós e entre si por falarem diferentes línguas (RODRIGUES, 1994, p.17).

Ainda com esse mesmo enfoque, Luciano relata que “cada povo indígena possui um modo próprio de organizar suas relações sociais, políticas e econômicas – as internas ao povo e aquelas com outros povos com os quais mantêm contato. (...) toda organização (...) esta relacionada a uma concepção de mundo e de vida” (2006, p.43).

O fato de terem uma cultura e um quadro social diferente não faz dos índios povos menos ou mais civilizados nem inferiores. Eles são partes integrantes e importantes da formação socioeconômica e cultural do nosso país. Possuem manifestações e costumes que enriquecem a nossa identidade e que devem ser preservadas.

Em seu livro *Caminhos e Fronteiras*, Holanda (1956) descreve um costume interessante de índios como os Xerente e os Caingang. Naquela época usar sapatos entre a sociedade portuguesa era símbolo de riqueza, poder e liberdade, tanto que um negro que os usavam era chamado de “branco”. Os índios por sua vez calçavam uma espécie de sandálias fabricadas com hastes de mérito, que podiam ser facilmente fabricadas caso estragassem em

plena mata. O uso desses calçado era destinado a proteção dos pés e a disfarçar o rumo das marchas evitando assim que fossem perseguidos.

Entre os índios existe uma espécie de limite territorial que envolve muito mais respeito e organização, do que uma regra rígida como nossas fronteiras. De acordo com Ramos existe “um consenso partilhado por comunidades vizinhas de que é eticamente incorreto utilizar os recursos de outra comunidade sem consultá-la ou informá-la”. (1994, p. 15). Tudo em uma comunidade é compartilhada por todos, desde a escassez de alimento e recursos até a fartura dos mesmos.

Nas sociedades indígenas as noções de trabalho e lazer andam reciprocamente juntas. “No processo de produção econômica, seja ela caça, pesca, coleta, lavoura ou qualquer outra, o trabalhador não se isola de seus demais papéis e obrigações”. (RAMOS, 1994, P. 23). O trabalho é ligado à vida familiar, as crenças e festas da comunidade, quando vai caçar, por exemplo, o índio não se desliga de seu lar e da comunidade. O sistema de produção é organizado de forma que quem o faz possa ter liberdade de manifestar suas tendências, seu contentamento e o convívio com os outros. E a distribuição é feita de maneira igualitária.

Sobre as crenças religiosas dos povos indígenas, Ramos ressalta “que elas são unidades indissolúveis entre natural e social, com influência mútua e consequências recíprocas” e está intimamente ligada com as demais esferas da vida (1994, p. 79). As principais figuras religiosas são os xamãs e feiticeiros, ambos os zeladores do bem estar social, sendo os primeiros responsáveis pela ligação entre o social e o sobrenatural.

5.2. Índios no Acre

Segundo dados da FUNASA, 49% da população indígena localiza-se na região Norte do país, destas cerca de 3% vivem em território acreano que é a unidade de federação com maior diversidade biológica e étnica, perfazendo catorze povos indígenas. Das 580 terras indígenas do Brasil trinta e uma localizam-se no Acre.

Dados pesquisados pelo Professor Eduardo Carneiro³, relatam que cerca de 6 milhões de índios habitavam a Amazônia antes da chegada dos portugueses em 1616 e que na metade do século XIX, uma média de cento e cinquenta mil índios, distribuídos e cinquenta povos, viviam em território acreano. No ano de 1989 esse número caiu para cinco mil, em 1996

³ Eduardo de Araujo Carneiro, licenciado em História pela UFAC, concludente do Curso de Economia/UFAC e esta se especializando em linguística e literatura da Amazona. É professor de História do Universo Pré-Vestibular no Acre.

reduziu para apenas oito mil quinhentos e onze índios e subiu para dez mil quatrocentos e setenta e oito no ano de 2001. Esse pequeno aumento deve-se talvez à atuação de organizações indigenistas que lutam para que esses povos tenham seus direitos reconhecidos.

A diminuição demográfica indígena no Estado do Acre pode ser explicada por diversos fatores, dentre eles destacamos o aparecimento do não-índio que trouxe consigo doenças desconhecidas pelos índios, além disso, o homem branco na busca por novos territórios, pela exploração da borracha usou de violência para oprimir e afugentar os índios. Alguns estudiosos relatam que outros povos indígenas também contribuíram para a dizimação dos índios. Eles também foram usados pelos caucheiros peruanos e pelos seringalistas brasileiros para localizar tribos indígenas, massacrar e expulsaram algumas dessas tribos da região.

Vários assassinatos foram cometidos pelos coletores de “droga do sertão”, pelos seringalistas através das “correrias”. Essas são referentes a expedições organizadas que reuniam um número de até cinquenta homens armados que atacavam as aldeias, matavam os líderes, escravizavam vários índios e tomavam ou matavam as suas mulheres. Os caucheiros que eram nômades que buscavam incessantemente por novos territórios. Eles tornavam-se um dos principais inimigos dos índios.

A grande maioria dos índios das terras acreanas habita as margens dos rios devido à facilidade que esses locais proporcionam para a busca de alimento e a prática da agricultura. No período em que tinham uma grande extensão de terras, pescavam, caçavam e praticavam a agricultura com maior intensidade. Todavia, apesar desses costumes continuarem, os recursos naturais não são mais os mesmos e estão cada vez mais escassos devido à proximidade dos não-índios e da exploração das terras indígenas.

Os índios dessa região ainda vêem a terra como um lugar onde se vive comunitariamente a sua cultura, isto é, as suas crenças, tradições e sua liberdade. A organização social das tribos baseia-se em famílias extensas, sendo os mais velhos responsáveis pela transmissão de todo legado cultural da tribo.

Antigamente os índios quase não se deslocavam para as cidades, todavia, atualmente eles frequentam bastante as cidades. Isso acontece por eles hoje terem desenvolvido novos mecanismos de sobrevivência. Atualmente, eles produzem em seus roçados alimentos que vendem nas cidades. Além disso, eles precisam procurar órgãos de proteção ao índio, procurar tratamento de saúde e outras necessidades que já habituaram recorrer aos centros urbanos. Há também alguns casos extremos desenvolvidos entre eles que é a prática de prostituição e da mendicância.

De acordo com o professor Eduardo Carneiro, os índios do Acre estão divididos em dois grandes troncos: Aruaque ou Aruak e Páno (se por Carneiro ele é considerado um tronco linguístico pela maioria dos estudiosos o Páno é uma família linguística que não se sabe ao certo a que tronco pertence e é justamente essa postura que seguiremos em nosso trabalho). Alguns estudiosos acrescentam a esses dois, outro tronco denominado Arawá.

5.3. Família Páno

Em sua dissertação de mestrado intitulada *Lexicografia Poyánawa*, a mestrande Ana Paula de Aguiar (2002) relata que a identificação da família Pano como grupo autônomo deu-se por volta do século XIX- mais precisamente ao final do século- e se deve ao francês Raol de la Grasserie.

De acordo com Ana Paula de Aguiar “os primeiros trabalhos de comparação e de classificação, baseados nos testemunhos dos viajantes e missionários não tardaram em se revelar certas características que singularizam o grupo frente a outros grupos do continente” (2002, p.15). Fatores como esses, fazem com alguns estudiosos considerem esse grupo o mais importante da América do Sul.

A família Páno é bem maior do que se pensa e encontra-se distribuída pelos territórios da Bolívia, do Peru e do Brasil. No último tem como sede principal o Estado do Acre, se estendendo para uma pequena parte de Rondônia e norte no Estado do Amazonas, entre os rios Juruá e Javari.

Segundo Rodrigues, um dos primeiros trabalhos brasileiro realizado com essa família foi feito pelo historiador João Capistrano de Abreu publicado em 1914. Estudos como esses foram fontes importantes que levaram outros estudiosos a analisarem as características das línguas Páno e incentivaram o estudo e a pesquisa das mesmas.

Existem várias propostas de classificações para as línguas que compõem a família Páno, classificações essas que propõem localizações geográficas distintas e diferentes números de línguas presentes nesse grupo. Alguns estudiosos observaram certas semelhanças entre as línguas Páno e a Tacana, apostando assim em um possível tronco em que essas duas poderiam ter se originado, todavia, esses são estudos recentes tendo em vista que a língua Tacana é da Bolívia e o estudo das línguas Páno brasileiras possivelmente iniciou-se após o surgimento dessas ideias.

A pesquisadora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás Maria Sueli de Aguiar é uma estudiosa da família Páno, principalmente, do grupo Katukina Páno. Em sua

tese de doutoramento, Aguiar (1994) conclui, após muitas análises e estudos, que existem 14 línguas Pano no Brasil, todavia, com as crescentes pesquisas realizadas nessa área, esse quadro sofreu alterações por se tornar conhecidos outros grupos como, Náwa, Apolima-Arara e outros. Seguramente, o número de grupos etnicamente apresentados como Páno continuar a ampliar devido aos estudos minuciosos e as melhorias nas condições de vida dos indígenas em geral.

Esse estudo que estamos desenvolvendo comprova que esse quadro estabelecido pelos estudiosos realmente alterou-se. O que veremos em seguida é uma preliminar de mais uma língua pertencente à família Páno. Ela foi descoberta recentemente, e, para tanto, ressaltamos que o que será apresentado não se trata de estudos prontos, certos e acabados, e sim uma prévia do que temos sobre essa família até o presente momento para posteriormente passarmos para uma pesquisa mais aprofundada visto se ter, até agora, poucas informações sobre a mesma.

5.4. Apolima-Arara

Como foi dito mais acima, existem novas línguas da família Pano que vão sendo descobertas por estudiosos na medida em que as pesquisas se avançam. O Grupo Apolima-Arara é um desses. Não foi fácil encontrarmos informações sobre esse grupo, o que encontramos foram algumas matérias jornalísticas que tratam da reivindicação das terras por parte dos indígenas, assunto que trataremos posteriormente, e um texto retirado de um *blog* na internet de Lindomar Padilha que traz algumas informações sobre a tribo. Vale ressaltar que esse texto não é atual e muita coisa pode ter se modificado, fatos que um estudo mais completo acompanhado de uma averiguação poderá comprovar.

De acordo com Lindomar Padilha a população Apolima-Arara possuía (por volta do ano de 2000) cerca de 135 pessoas distribuídas pelas localidades de Pedreira, Assembléia e Jacamim, além de outras espalhadas por regiões vizinhas. Dados mais recentes relatam que hoje a população estimada é de 32 famílias totalizando 286 pessoas.

O nome do grupo, Apolima-Arara, surgiu da mistura étnica de vários outros: Chama, Amoaka, Santa Rosa, Arara e Jaminawa) pelo qual esse povo foi formado, além da miscigenação, o nome refere-se a uma região do Peru de onde supostamente teriam morado os primeiros pioneiros dos Apolima-Arara.

A grande maioria dos Apolima-Arara falam a língua materna e apesar da língua Páno predominar, alguns falam Português, Espanhol e Ashaninka. Esse último se refere a tribo

indígena pertencente a outro tronco linguístico com o qual os Apolima-Arara viviam. Padilha ressalta ainda, que eles não possuem escola diferenciada, porém mantém uma relação amigável com uma professora que trabalha próximo dali. Além disso, a assistência médica é feita no posto da cidade de Marechal Thaumaturgo e, raras vezes, a FUNASA aparece na tribo para prestar esse tipo de assistência.

Devido ao fato de estar próximo à cidade e sob forte influência de não-índios os Apolima-Arara se encontram impossibilitados de caçar. Quanto à pesca, ela é realizada durante o verão e somente para o consumo próprio da aldeia. A macaxeira é a base da alimentação e entre os seus diversos usos encontramos uma bebida apreciada e consumida durante as festividades conhecida como caiçuma.

Os Apolima-Arara consideram-se católicos, todavia, praticam rituais próprios como, por exemplo, a pajelança, sendo que há uma diferença restrita entre o curandeiro e o pajé. O curandeiro é responsável pelas curas por meio de ervas e rezas “milagrosas” e o pajé é quem atua no meio espiritual aconselhando para uma vida harmônica.

A família segue os costumes dos ribeirinhos e dos seringueiros da região. Costumava-se praticar a poligamia, mas atualmente segue-se a monogamia sendo o núcleo familiar formado pelo pai, mãe e filhos. O roçado e a produção apesar de contar com a participação da comunidade ocorrem no meio familiar o que caracteriza a relação com a comunidade extra familiar.

Os Apolima-Arara apareceram na sociedade não índia por volta de 1999 quando o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) manteve o primeiro contato com esses povos que passaram a reivindicar seus direitos pela terra. Em agosto de 2000 a FUNAI reconheceu os Apolima-Arara como indígenas e designou que eles deveriam ter acesso a terra que por direito pertencia ao grupo. Todavia, esse povo vive em constante conflito com parceiros do INCRA e com a administração municipal, pois os mesmo não querem que a área se torne terra indígena.

5.4.1. A Terra

Ao colocarmos nesse subtópico o termo “Terra” com inicial maiúscula, não estamos nos referindo ao planeta no qual vivemos. O motivo deve-se ao fato de que esse elemento que para os brancos é tão corriqueiro, que por muito tempo foi moeda de troca e classificador de riquezas, tem para os índios valor significativo, que chega a ser transcendental.

De acordo com Ramos, “para as sociedades indígenas a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada

ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso mais natural – e tão importante quanto este – um recurso sociocultural” (1994, p. 13).

Partindo dessa citação podemos tentar compreender a discussão que acontece em torno das demarcações das terras indígenas. Para esses povos, esse processo de demarcação vai muito além do cumprimento dos seus direitos, representa a reconquista da identidade da tribo, da restauração da cultura e da consequente valorização de sua língua materna. Além de funcionar como meio de subsistência, a terra é um campo sagrado por meio do qual se perpetua os costumes e tradições indígenas.

Como foi dito anteriormente, os Apolima-Arara apareceram em cena por volta dos anos 90 para reivindicarem seu direito a terra. Todavia, o grande problema é que a terra que deveria ser de propriedade deles já era habitada por outras tribos e por um assentamento do INCRA que ali se estabeleceu. O nosso intuito aqui não é tomar parte de nenhum dos dois lados, mas sim propor uma reflexão sobre a atual situação.

A Antropóloga Eliza Mara Lozano Costa traz um artigo, publicado em um blog no dia cinco de Novembro de 2007, em que ela nos leva a refletir sobre os dois lados da situação. Apesar dos Apolima-Arara terem direito a essa terra, deveriam, aqueles responsáveis pela demarcação desse espaço levar em consideração que muitas daquelas famílias que ali estão não são os verdadeiros responsáveis por essa situação estar assim. Concordamos que os índios têm direito ao que é deles, entretanto, para onde enviar pessoas que possuem toda uma vida enraizada naquele local.

Na verdade o que a Antropóloga Eliza Costa⁴ quer nos mostrar é que não existem “mocinhos ou bandidos” e sim dois lados distintos que buscam a mesma conquista: o direito por lutar pelo o que é seu. Alguns jornais e *blogs* locais do Estado do Acre trazem matérias a respeito das negociações que vêm sendo feitas para tentar resolver o impasse, todavia, até o presente momento nada foi resolvido definitivamente.

O nosso objetivo ao descrever essa parte é refletir sobre até que ponto devemos fazer cumprir uma lei que favoreça uma parte (e nesse caso os índios que possuem o direito pela aquela terra) a custo de sacrificar pessoas que não são índias, mas que também são cidadãs brasileiras e consequentemente são munidas de direito.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁴ Eliza Mara Lozano Costa é antropóloga, que na época era orientanda de doutorado, tendo desenvolvido pesquisa de campo na Resex Alto Juruá, especialmente entre os moradores do rio Amônia. Foi uma das pesquisadoras da Enciclopédia da Floresta.

Por meio desse trabalho conseguimos perceber a importância que os grupos indígenas possuem na história do Brasil. Ao coletarmos informações sobre o passado e presente desses povos percebemos a bravura com que eles têm lutado pela conquista de seus direitos, todavia, isso não nos fez defender os índios como se eles fossem eternas vítimas do processo histórico e sim povos que compõem a nossa cultura e que possuem deveres e direitos semelhantes à de qualquer cidadão brasileiro.

Através dessa pesquisa pudemos compreender o nosso papel de pesquisador e entendemos que o verdadeiro objetivo de nossas pesquisas não é o reconhecimento e o prestígio como pesquisador por parte dos outros e sim a satisfação em poder contribuir para o reconhecimento e a preservação da cultura desses povos. Ainda há muita coisa a ser realizada, e com dedicação e compromisso esperamos continuar com esse trabalho.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ana Paula de. **Lexicografia poyánawa**. 2002. 110 f. Dissertação (Mestrado em Linguística)-Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

AGUIAR, M. S. de. **Análise descritiva e teórica do katukina-pano**. 1994. 405 f. Tese (Doutorado em Linguística)-Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1994.

CÂNDIDO, G. V. **Aspectos fonológicos da língua shanenawá (pano)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **Índios no Acre**. Disponível em: [HTTP://WWW.historianet.com.br/conteúdo/default.aspx?codigo=802](http://www.historianet.com.br/conteúdo/default.aspx?codigo=802). Acessado em: 05/11/10.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 2º Ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, Departamento de Cultura da Guanabara, 1975. p. 15-37.

PADILHA, Lindomar. **Apolima-Arara: luta pela garantia de seus direitos**. Disponível em: [HTTP://www.amazonlink.org/amazonia/culturas_indigenas/povos/apolima_arara.html](http://www.amazonlink.org/amazonia/culturas_indigenas/povos/apolima_arara.html). Acessado dia: 05/11/10.

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades Indígenas**. São Paulo: Ática, 1994.

RODRIGUES, Aryon Dall' Igna. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. 2º ed. São Paulo: Loyola, 1999.